

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

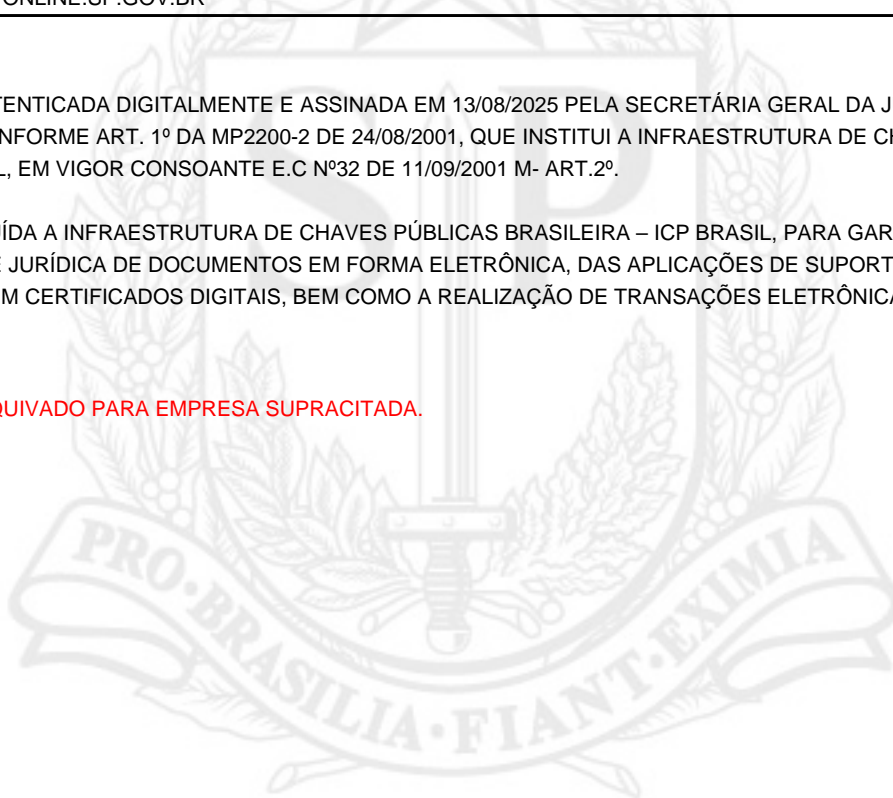
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL PANATI HOLDING S.A		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300581920	CNPJ 44.507.274/0001-47	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 294.607/25-0	DATA DO ARQUIVAMENTO 11/08/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 13/08/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 13:11:48	CÓDIGO DE CONTROLE 274097842
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 13/08/2025 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



CAPA DO REQUERIMENTO

ETIQUETA PROTOCOLO
JUCESP PROTOCOLO
2.648.769/25-0

CONTROLE INTERNET
035052381-9

DADOS CADASTRAIS

ATO Arquivamento de Ata;					
NOME EMPRESARIAL PANATI HOLDING S.A.				PORTE Normal	JUCESP - GOCHÊ
LOGRADOURO Avenida Roque Petroni Junior		NÚMERO 999	COMPLEMENTO 4º-SALA 66	CEP 04707-910	06 AGO
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL	★ 06 AGO	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 44.507.274/0001-47	NIRE - SEDE 3530058192-0			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: ANDRÉ LUIZ DE CASTRO PEREIRA (Diretor) ASSINATURA: <i>André Luiz de Castro Pereira</i> DATA: 29/07/2025			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 562,70 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. PROTOCOLO 111	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE
-----------------------	----------------------	---------------------

ANEXOS:

<input type="checkbox"/> DBE	<input type="checkbox"/> Documentos Pessoais
<input type="checkbox"/> Procuração	<input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação
<input type="checkbox"/> Alvará Judicial	<input type="checkbox"/> Jornal
<input type="checkbox"/> Formal de Partilha	<input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação
<input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial	<input type="checkbox"/> Certidão
<input type="checkbox"/> Outros	

OBSERVAÇÕES:

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP

MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
294.607/25-0

JUCESP



Gerência de Guarda e Distribuição

- ✓ Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- ✓ Verificação de Ficha Cadastral
- ✓ Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- ✓ MEI sem Cadastro
- ✓ MEI com Cadastro
- ✓ Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- ✓ Vide Protocolo

294.607/25-0
11/08/2025



CNPJ/ME nº 44.507.274/0001-47
NIRE 35300581920

EDE

025



0

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE JULHO DE 2025**

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 8:00 horas do dia 08 de julho de 2025 na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Júnior, 999, 4º andar, sala 66, CEP 04707-910.

2. DISPENSA DE CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença de todos os Acionistas da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a saber: (i) **PACIFIC HYDRO ENERGIA DO BRASIL LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, 27º andar, sala 2, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.117.355/0001-89, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESSP) sob o NIRE 3522326547-0 ("PHB", e em conjunto com o FIP, "Acionistas"), neste ato representada por sua Administradora: (i) **Adriana Waltrick dos Santos**, brasileira, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 70.030.920-58 (SSP/RS), inscrita no CPF/ME sob nº 472.363.610-20, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, 27º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907; e (ii) **CANADIAN SOLAR BRASIL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – MULTIELSTRATÉGIA.**, fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução Normativa CVM 175 e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 38.026.165/0001-05 ("FIP"), neste ato representado de acordo com os termos de seu Regulamento, por sua Administradora, **TMF BRASIL SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Rua dos Pinheiros nº 870, 22º andar, Bairro Pinheiros, CEP 05422-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.313.996/0001-50, autorizada pela CVM para administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 13.239, de 20 de agosto de 2013, neste ato representada por **Luis Philipe dos Santos Forato**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.578.661-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 34194367855 e **Eduardo Luiz Parisi**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.207.088-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 077.895.828-0, ambos com endereço profissional na Rua dos Pinheiros, nº 870, 22º andar, Pinheiros, CEP 05422-001, São Paulo/SP.

Viato
Conferido
RG 16.490.362-5



3. PUBLICAÇÕES: As demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram devidamente disponibilizadas de forma eletrônica, na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, em 31 e março de 2025, sob hash de publicação nº DD7AA3299388F2000E0170D416AD8E04E7BB6F88, nos termos do Artigo 294, da Lei das Sociedades por Ações e da Portaria 12.071.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Luiz de Castro Pereira, e secretariados pelo Sr. Kayo Massayoshi Saiki.

4. ORDEM DO DIA:

a) Em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre:

- (i) examinar, discutir e deliberar sobre a tomada de contas dos Administradores, o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos dos arts. 122, inciso III, e 132, incisos I e II, da Lei das S.A.; e (ii) a alocação dos resultados.

b) Em Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre:

- (i) Autorizar a Diretora da Companhia a votar nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias das suas Subsidiárias Integrais, a saber: (i) Panati 1 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.270.145/0001-52 (“Panati 1”); (ii) Panati 2 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 41.974.199/0001-36 (“Panati 2”); (iii) Panati 3 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 42.073.799/0001-96 (“Panati 3”); (iv) Panati 4 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 41.944.790/0001-40 (“Panati 4”); (v) Panati 5 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 42.078.612/0001-47 (“Panati 5”); (vi) Panati 6 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 42.078.608/0001-89 (“Panati 6”); (vii) Sitiá 1 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.073.755/0001-66 (“Sitiá 1”); e (viii) Sitiá 2 Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.938.218/0001-55 (“Sitiá 2” e, em conjunto com Panati 1, Panati 2, Panati 3, Panati 4, Panati 5, Panati 6 e Sitiá 1, as “Subsidiárias Integrais”), aprovar, sem quaisquer restrições, a alteração de sua diretoria; e o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a correspondente alocação dos resultados.
- (ii) Orçamento da Companhia para 2025.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, esclareceu-se a todos os presentes que a ata desta assembleia de Acionistas será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas

Visto
Conferido
RG 16.490.362-8



a transcrição das deliberações tomadas pelos Acionistas, conforme faculta o art. 130, parágrafo 1º da Lei das S.A., e arquivada na sede da Companhia. Os Acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições decidiram:

I. Em Assembleia Geral Ordinária:

- a) Tomadas e aprovadas as contas dos Administradores, nos termos do art. 132 da Lei das S.A., bem como o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como a destinação do seu resultado.
- b) Os Acionistas declaram que tomaram conhecimento dos referidos documentos em tempo hábil e suficiente para análise antes da realização a presente Assembleia, sendo sua leitura dispensada pelos presentes.
- c) Tendo em vista que foram apurados prejuízos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R\$ 75.977.822,77 (setenta e cinco milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos), estes serão integralmente alocados na conta de Prejuízos Acumulados. Assim, não há que se falar em destinação do lucro líquido ou distribuição de dividendos.

II. Em Assembleia Geral Extraordinária:

- a) Os Acionistas autorizam a Diretoria da Companhia a tomar conhecimento da renúncia ao cargo de diretor das suas Subsidiárias Integrais apresentada pelo Sr. Zheng Chen (ou Chen Zheng, de acordo com o costume chinês), chinês, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade Registro Nacional Migratório (RNM) nº B060948Y, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.852.081-68, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, 27º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907 e aprovar a eleição do Sr. Guy Adolfo Ishikawa, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 20131073-9 órgão emissor SSP/SP e inscrito sob o nº CPF nº 259.113.118-01, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Norte, 27º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, como diretor das suas Subsidiárias Integrais.
- b) Os Acionistas autorizam a Diretoria da Companhia a tomar, votar e aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 das suas Subsidiárias Integrais.
- c) Aprovação do orçamento da Companhia para 2025, conforme material apresentado aos Acionistas, que ficará arquivado na sede da Companhia.

Visto
Conferido
RG 16.496.352-8



6. ENCERRAMENTO E ASSINATURAS: Preenchidas todas as formalidades legais, a Assembleia foi reaberta para discussões adicionais, o presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual foi lida, analisada, aprovada, e assinada em comum acordo pelos Acionistas, juntamente com os membros da mesa. **Assinaturas:** Sra. André Luiz de Castro Pereira – Presidente, e Sr. Kayo Massayoshi Saiki – Secretário; **Acionistas:** Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Administradora: TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.) e Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.

São Paulo, 08 de julho de 2025.

Mesa:

DocuSigned by:
1. André Luiz de Castro Pereira
EF90DAC88004407...
André Luiz de Castro Pereira
Presidente

DocuSigned by:
2. Kayo Saiki
9E270E9C3A78403...
Kayo Massayoshi Saiki
Secretário

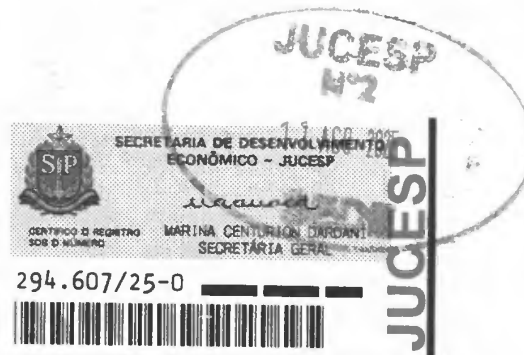
Viato
Conferido
RG 16.490.352-6

Acionistas:

Signed by: Luis Philipe dos Santos Forato
DocuSigned by: Eduardo Luiz Parisi
9FED05A1F51B491... 977126C7EAE6400...
CANADIAN SOLAR BRASIL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES – MULTIESTRATÉGIA
Por sua Administradora **TMF BRASIL SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS LTDA.**
Luis Philipe dos Santos Forato e Eduardo Luiz Parisi

DocuSigned by:
Adriana Waltrick dos Santos
D920E8E79B5A404...
PACIFIC HYDRO ENERGIA DO BRASIL LTDA.
Adriana Waltrick dos Santos

[Página de assinaturas da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Panati Holding S.A., realizada em 08 de julho de 2025.]



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

Marina Centurion Dardani
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETARIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NUMERO

294.607/25-0

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONOMICO - JUCESP

Marina Centurion Dardani
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETARIA GERAL

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NUMERO

294.607/25-0

JUCESP
11 AGO 2025
Nº 2



Certifico o registro sob o nº 294.607/25-0 em 11/08/2025 da empresa PANATI HOLDING S.A, NIRE nº 35300581920, protocolado sob o nº 2648769250. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/08/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 274097842. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



CNPJ

Razão Social

Data de Publicação

Hash de Publicação

44.507.274/0001-47

PANATI HOLDING S.A.

31/03/2025 19:32:00

DD7AA3299388F2000E0170D416AD8E04E7BB6F88

Demonstrações Contábeis Completas (DCC)

<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>
01/01/2024	31/12/2024	Não	Participante-Upload

Título
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

Descrição
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS

Anexos

Tipo de Anexo

Título

Descrição

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data de Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
PANATI HOLDING S A:44507274000147	44.507.274/0001-47	31/03/2025 19:32:00	Participante	Certificado Digital

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Panati Holding S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente

Panati Holding S.A.

11 08 25

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 1

Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixas	9
Demonstrações dos valores adicionados	10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar, Vila Nova Conceição
04543-013 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2578-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Panati Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Panati Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 9 de abril de 2024, sem modificação.



Shape the future
with confidence

JUCESP
11 08 25

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Shape the future
with confidence

JUCESP
11 08 25

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Panati Holding S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.170	105.914	13.586	105.978
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.506	-
Impostos a recuperar	6	2.310	1.892	2.671	2.213
Estoque	7	-	-	1.623	-
Instrumentos financeiros derivativos	15	17.098	-	17.098	-
Outros ativos		-	1.266	790	4.319
Total ativo circulante		26.578	109.072	43.274	112.510
Não circulante					
Caixa restrito e depósitos judiciais	8	-	-	9.668	30
Partes relacionadas	9	395	245	-	-
		395	245	9.668	30
Investimentos	10	630.466	923.776	-	-
Ativo de direito de uso	11	-	-	17.840	17.672
Imobilizado	12	-	-	996.319	955.479
Intangível	13	-	-	1.355	704
Total ativo não circulante		630.466	923.776	1.015.514	973.855
Total dos ativos		657.439	1.033.093	1.068.456	1.086.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Panati Holding S.A.



Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	-	959	9.633	11.010
Empréstimos e financiamentos	15	152.186	522.903	159.481	522.903
Arrendamentos	16	-	-	154	87
Impostos a recolher	6	44	49	2.165	2.898
Instrumentos financeiros derivativos	15	7.272	-	7.272	-
Total passivo circulante		159.502	523.911	178.705	536.898
Não circulante					
Fornecedores	14	5	-	23	11.975
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	365.929	-
Arrendamentos	16	-	-	20.621	19.945
Provisões para contingências	17.1	-	-	32	30
Provisão para desmobilização	17.2	-	-	5.214	8.365
Partes relacionadas	9	395	-	395	-
Total passivo não circulante		400	-	392.214	40.315
Patrimônio Líquido	18				
Capital social		576.983	512.650	576.983	512.650
Prejuízos acumulados		(79.446)	(3.468)	(79.446)	(3.468)
Total patrimônio líquido		497.537	509.182	497.537	509.182
Total dos passivos e patrimônio líquido		657.439	1.033.093	1.068.456	1.086.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Panati Holding S.A.



Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	19	-	-	69.128	-
Custo de operação	20	-	-	(79.960)	-
Prejuízo Bruto		-	-	(10.832)	-
Resultado da equivalência patrimonial	10	(30.989)	(175)	-	-
Despesas administrativas	20	(3.643)	(1.164)	(4.097)	(1.846)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(34.632)	(1.339)	(14.929)	(1.846)
Receitas financeiras		2.662	62	4.577	1.113
Despesas financeiras		(43.584)	(1.500)	(62.752)	(2.032)
Variação monetária/cambial líquida		(424)	-	(430)	-
Resultado financeiro líquido	21	(41.346)	(1.438)	(58.605)	(919)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(75.978)	(2.777)	(73.534)	(2.765)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	-	(2.444)	(12)
Prejuízo do exercício		(75.978)	(2.777)	(75.978)	(2.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Panati Holding S.A. JUCESP

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	<u>(75.978)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>(75.978)</u>	<u>(2.777)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(75.978)</u>	<u>(2.777)</u>	<u>(75.978)</u>	<u>(2.777)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Panati Holding S.A.

11 08 25

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado
	Capital social	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	471.550	(440.529)	(691)	30.330
Aumento de capital	41.100	440.529	-	481.629
Prejuízo do exercício	-	-	(2.777)	(2.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	512.650	-	(3.468)	509.182
Aumento de capital	64.333	-	-	64.333
Prejuízo do exercício	-	-	(75.978)	(75.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	576.983	-	(79.446)	497.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Panati Holding S.A.



Demonstrações dos fluxos de caixas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(75.978)	(2.777)	(73.534)	(2.765)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	10	30.989	175	-	-
Receita financeira capitalizada		-	7.607	-	7.607
Depreciações e amortizações	11,12,13	-	-	38.181	-
Amortização de juros capitalizados		466	-	466	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos e financiamentos	15	42.463	-	60.325	-
Arrendamentos - atualização financeira	16	-	-	1.627	-
Provisão para desmobilização - atualização financeira	17.2	-	-	138	-
Provisões para contingências - adição e atualização monetária	17.1	-	-	2	-
Caixa restrito e depósitos judiciais - atualização monetária		-	-	(402)	-
Impostos a recuperar - atualização monetária	6	-	-	(27)	-
Outros		-	830	-	830
		<u>(2.060)</u>	<u>5.835</u>	<u>26.776</u>	<u>5.672</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(7.506)	-
Impostos a recuperar		(418)	(1.892)	(431)	(2.185)
Estoques		-	-	(1.623)	-
Caixa restrito e depósitos judiciais		-	-	-	(30)
Outros ativos		1.266	(1.266)	3.530	(4.195)
		<u>848</u>	<u>(3.158)</u>	<u>(6.030)</u>	<u>(6.410)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		(954)	124	(13.329)	21.405
Impostos a recolher		(5)	49	(1.827)	2.756
		<u>(959)</u>	<u>173</u>	<u>(15.156)</u>	<u>24.161</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>(2.171)</u>	<u>2.850</u>	<u>5.590</u>	<u>23.423</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	6	-	-	(1.350)	(58)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>(2.171)</u>	<u>2.850</u>	<u>4.240</u>	<u>23.365</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Aporte) redução de capital em controladas		261.855	(879.891)	-	-
Caixa restrito		-	-	(9.236)	-
Adições ao Imobilizado e Intangível		-	-	(82.877)	(902.292)
Partes relacionadas		245	(245)	395	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		<u>262.100</u>	<u>(880.136)</u>	<u>(91.718)</u>	<u>(902.292)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento (diminuição) de capital líquido do custo de emissão		64.333	481.629	64.333	481.629
Captação de empréstimos e financiamentos		135.000	500.000	507.240	500.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos		(500.000)	-	(502.166)	-
Pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos		(58.006)	-	(72.718)	-
Pagamentos de arrendamentos		-	-	(1.603)	(61)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		<u>(358.673)</u>	<u>981.629</u>	<u>(4.914)</u>	<u>981.568</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(98.744)</u>	<u>104.343</u>	<u>(92.392)</u>	<u>102.641</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.170	105.914	13.586	105.978
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		105.914	1.571	105.978	3.337
		<u>(98.744)</u>	<u>104.343</u>	<u>(92.392)</u>	<u>102.641</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Panati Holding S.A.

11 08 25

Demonstrações dos valores adicionados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Geração do valor adicionado	-	-	71.757	-
Receita operacional bruta	-	-	71.757	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.829)	(1.164)	(44.702)	(1.847)
Custos da energia comprada	-	-	(19.681)	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(14.170)	-
Materiais	-	-	(787)	(41)
Serviços de terceiros	(705)	(960)	(6.920)	(1.531)
Outros custos operacionais	(2.124)	(204)	(3.144)	(275)
Seguros	(2.110)	-	(2.913)	-
(-) Recuperação de despesas	-	-	15	10
Outras despesas	(14)	(204)	(246)	(285)
Valor adicionado bruto	(2.829)	(1.164)	27.055	(1.847)
Retenções	(466)	-	(38.647)	-
Depreciações e amortizações	(466)	-	(38.647)	-
Valor adicionado líquido produzido	(3.295)	(1.164)	(11.592)	(1.847)
Valor adicionado recebido em transferência	(8.128)	(112)	24.776	1.166
Receitas financeiras	22.861	63	24.776	1.166
Resultado da equivalência patrimonial	(30.989)	(175)	-	-
Valor adicionado total a distribuir	(11.423)	(1.276)	13.184	(681)
Distribuição do valor adicionado	(11.423)	(1.276)	13.184	(681)
Pessoal	-	-	177	-
Remuneração direta	-	-	153	-
Benefícios	-	-	24	-
Impostos, taxas e contribuições	509	423	5.635	683
Federais	500	423	5.626	683
Municipais	9	-	9	-
Remuneração de capitais de terceiros	64.046	1.078	83.350	1.413
Juros	63.795	1.078	82.963	1.413
Aluguéis	251	-	387	-
Remuneração de capitais próprio	(75.978)	(2.777)	(75.978)	(2.777)
Prejuízo a distribuir	(75.978)	(2.777)	(75.978)	(2.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto Operacional

A Panati Holding S.A. individualmente ("Companhia" ou quando em conjunto com as suas controladas "Grupo") é uma Holding constituída, em 07 de dezembro de 2021 na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede em Av. Roque Petroni Junior, 999 – sala 66 – Vila Gertrudes, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias conjuntamente referidas como "Companhia" ou simplesmente "Panati". A Panati é composta por uma Holding e 08 (oito) Companhias operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Panati 1 Energias Renováveis S.A., Panati 2 Energias Renováveis S.A., Panati 3 Energias Renováveis S.A., Panati 4 Energias Renováveis S.A., Panati 5 Energias Renováveis S.A., Panati 6 Energias Renováveis S.A., Sitiá 1 Energias Renováveis S.A., Sitiá 2 Energias Renováveis S.A., todas sediadas no município de Jaguaratama no estado do Ceará.

Em 31 de dezembro de 2024, as Controladas diretas da Companhia possuem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi outorgada em 16 de março de 2021, conforme detalhes a seguir:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Panati 1 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.759	16 de março de 2021	35 anos	30,0
Panati 2 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.760	16 de março de 2021	35 anos	30,0
Panati 3 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.761	16 de março de 2021	35 anos	30,0
Panati 4 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.762	16 de março de 2021	35 anos	30,0
Panati 5 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.763	16 de março de 2021	35 anos	30,0
Panati 6 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.764	16 de março de 2021	35 anos	30,0
Sitiá 1 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.765	16 de março de 2021	35 anos	30,0
Sitiá 2 Energias Renováveis S.A.	Autorizativa Nº 9.766	16 de março de 2021	35 anos	30,0

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

O Capital circulante líquido negativo da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$135.431 (R\$424.388 negativo em 31 de dezembro de 2023), decorrente principalmente, pelo vencimento de empréstimos de curto prazo na Companhia.

A Companhia dispõe de algumas alternativas para refinanciamento desta dívida, tais como: financiamento de longo prazo com bancos de fomento, e refinanciamento das dívidas bancárias em mercado de capitais local e internacional. Considerando que os investimentos necessários são suportados por aportes já aprovados dos acionistas controladores a Companhia concluiu que nesse momento não há risco significativo de caixa.

As controladas do complexo solar de Panati-Sitiá apresentaram em 2024 redução de receitas decorrentes do curtailment, que significa uma redução, corte ou limitação de inserção de energia renovável na rede elétrica, decorrente principalmente pela limitação de carga da rede básica. Considerando que os investimentos necessários são suportados por aportes já aprovados dos acionistas controladores a Companhia concluiu que nesse momento não há risco significativo de caixa.

1.2. Contratos de venda de energia.

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Projeto Fotovoltaico	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste	Data Base
Panati 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,610	130,8	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Panati 2 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,610	130,8	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Panati 3 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,610	130,8	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Panati 4 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,610	130,8	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Panati 5 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,610	130,8	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Panati 6 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	6,610	130,8	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020
Sitiá 1 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de Energia Elétrica Incentiva no Ambiente Livre - CCEIAL	5,510	130,8	IPCA	01/01/2024 à 31/12/2038	Janeiro	01/11/2020

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis individuais e consolidadas na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requerem que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do Ativo de Direto em uso, Imobilizado e Intangível (nota explicativa 11, 12 e 13);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 12);
- Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa 23).
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota explicativa 16);
- Provisão para contingências (nota explicativa 17.1); e
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 17.2).

2.5. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As Companhias controladas incluídas na consolidação estão relacionadas abaixo.

Panati 1 Energias Renováveis S.A.
Panati 2 Energias Renováveis S.A.
Panati 3 Energias Renováveis S.A.
Panati 4 Energias Renováveis S.A.
Panati 5 Energias Renováveis S.A.
Panati 6 Energias Renováveis S.A.
Sitiá 1 Energias Renováveis S.A.
Sitiá 2 Energias Renováveis S.A.

Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, acima a relação das controladas nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1. Normas e Interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações contábeis - Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de <i>"Sale and Leaseback"</i>	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa			01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	N/A	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações contábeis e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	N/A	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IAS 28	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IFRS 18	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. Por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos na operação de empréstimos, financiamento e derivativos em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, a operação de financiamento contratada como estratégia de composição da estrutura de capital da Companhia e suas controladas, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e bancos	87	115	6.503	166
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	7.083	105.799	7.083	105.812
	7.170	105.914	13.586	105.978

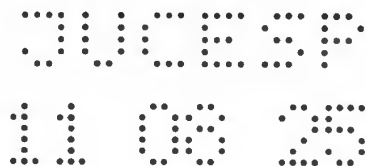
(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa 97% em 2024 (taxa média em 100% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB (Certificado de Depósito Bancário)

5. Contas a receber de clientes - consolidado

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia e suas controladas não possuem expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	Consolidado	
	Corrente a Vencer	
	Até 60 dias	Saldo líquido em 31/12/2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	7.455	7.455
Energia de curto prazo	51	51
Total Circulante	7.506	7.506



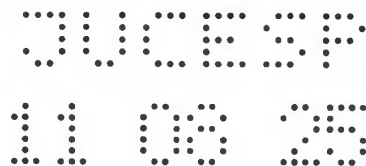
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Impostos a recuperar e a recolher

O quadro apresentado abaixo tem como objetivo demonstrar as mutações dos valores de Impostos à Recuperar e à Recolher nas contas patrimoniais

	Controladora				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	
Impostos a recuperar					
IRRF sobre aplicação financeira	330	409	-	-	739
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.562	-	-	-	1.562
Outros	-	34	-	(25)	9
Total	1.892	443	-	(25)	2.310
Circulante	1.892	-	-	-	2.310
Total	1.892	-	-	-	2.310
Impostos a recolher					
PIS e COFINS	42	131	(143)	(25)	5
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	5	229	(195)	-	39
Outros	2	63	(65)	-	-
Total	49	423	(403)	(25)	44

	Consolidado							Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	
Impostos a recuperar								
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	3	-	(3)	-	-
PIS e COFINS	7	1	-	-	-	-	-	8
IRRF sobre aplicação financeira	340	592	-	-	(147)	-	-	785
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.866	12	27	4	(335)	-	-	1.574
Outros	-	329	-	-	(25)	-	-	304
Total	2.213	934	27	7	(507)	(3)	-	2.671
Circulante	2.213	-	-	-	-	-	-	2.671
Total	2.213	-	-	-	-	-	-	2.671
Impostos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	-	2.442	-	(1.350)	(175)	-	-	917
PIS e COFINS	42	2.709	-	(1.833)	(332)	-	-	586
ICMS	2	446	-	(404)	-	-	-	44
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	2.838	6.616	-	(9.042)	-	(3)	-	409
Outros	16	64	-	129	-	-	-	209
Total	2.898	12.277	-	(12.500)	(507)	(3)	-	2.165
Circulante	2.898	-	-	-	-	-	-	2.165
Total	2.898	-	-	-	-	-	-	2.165



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022 Não auditado	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Transferência	
Ativo - compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social	-	2	-	(2)	-
IRRF sobre aplicação financeira	-	1.890	-	(1.560)	330
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	-	1.562	1.562
Total	-	1.892	-	-	1.892
Circulante	-	-	-	-	1.892
Total	-	-	-	-	1.892
Passivo - a recolher					
PIS e COFINS	-	368	(326)	-	42
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	-	11	(6)	-	5
Outros	-	2	-	-	2
Total	-	381	(332)	-	49
Circulante	-	-	-	-	49
Total	-	-	-	-	49

Consolidado

	Consolidado						Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	
Ativo - compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	-	53	11	-	5	(69)	-
PIS e COFINS	7	-	-	-	-	-	7
IRRF sobre aplicação financeira	21	2.147	-	(36)	-	(1.792)	340
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	5	-	-	-	1.861	1.866
Total	28	2.205	11	(36)	5	-	2.213
Circulante	28	-	-	-	-	-	2.213
Total	28	-	-	-	-	-	2.213
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	-	90	(58)	(36)	4	-	-
PIS e COFINS	-	407	(365)	-	-	-	42
ICMS	-	2	-	-	-	-	2
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	185	21.400	(18.748)	-	1	-	2.838
Outros	-	4	(12)	-	-	-	16
Total	185	21.903	(19.159)	(36)	5	-	2.898
Circulante	185	-	-	-	-	-	2.898
Total	185	-	-	-	-	-	2.898

(i) Programa de Integração Social (PIS): 0,65% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração resultado pelo seu valor líquido.

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Materiais em almoxarifado	1.623	-
Total	1.623	-

8. Caixa restrito e depósitos judiciais

	Consolidado	
	Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais	32	30
Banco Nordeste do Brasil S/A (i)	9.636	-
Total	9.668	30

- (i) O caixa restrito no montante de R\$9.636 em 31 de dezembro de 2024 refere-se integralmente ao Fundo de Investimentos - Fundo soberano RF BNB, remunerado à taxa média de 99,38% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data de seu vencimento em 15/01/2048 como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na nota Explicativa 15.

9. Transações com partes relacionadas

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Balanco patrimonial					
Ativo não circulante					
Panati 1 Energias Renováveis S/A	Custos compartilhados	50	-	-	-
Panati 2 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados	50	-	-	-
Panati 3 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados	50	-	-	-
Panati 4 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados	49	-	-	-
Panati 5 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados	49	-	-	-
Panati 6 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados	49	-	-	-
Sitiá 1 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados	49	-	-	-
Sitiá 2 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados	49	245	-	-
Total ativo		395	245	-	-
Passivo circulante					
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Compra de Energia	-	-	4.021	-
Canadian	Custos compartilhados	-	-	35	-
		-	-	4.056	-
Passivo não circulante					
Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.(i)	Custos compartilhados	395	-	395	-
		395	-	395	-
Total passivo		395	-	4.451	-
Resultado do exercício					
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Venda de energia	-	-	2.239	-
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Compra de Energia	-	-	(16.011)	-
Marangatu 7 Energias Renováveis S/A	Compra de Energia	-	-	(32)	-
Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	Custos compartilhados	(395)	-	(395)	-
Total Resultado		(395)	-	(14.199)	-

- (i) Referem-se a reembolso de despesas administrativas: Pessoal e administradores R\$224; Serviços de terceiros R\$168 e; Aluguéis e arrendamentos R\$3. Esta abertura está apresentada na nota explicativa 20.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

10. Investimento

a. Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do Investimento		Informações sobre as controladas				
	2024	2023	Percentual de participação	Ativo	Passivo 2024	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Participações em empresas Controladas							
Panati 1 Energias Renováveis S.A	74.086	163.742	100%	144.183	72.726	71.457	(5.946)
Panati 2 Energias Renováveis S.A	70.644	117.813	100%	135.040	66.288	68.752	(4.460)
Panati 3 Energias Renováveis S.A	70.308	117.009	100%	135.000	66.569	68.431	(4.446)
Panati 4 Energias Renováveis S.A	70.185	113.415	100%	134.923	66.558	68.365	(4.350)
Panati 5 Energias Renováveis S.A	70.066	114.330	100%	135.381	67.150	68.231	(4.535)
Panati 6 Energias Renováveis S.A	70.298	111.332	100%	134.690	66.180	68.510	(4.274)
Sitiá 1 Energias Renováveis S.A	102.376	93.479	100%	105.389	4.514	100.875	(1.287)
Sitiá 2 Energias Renováveis S.A	102.503	92.656	100%	106.511	5.496	101.015	(1.691)
Total Investimentos	630.466	923.776					

b. Movimentação do investimento:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2023	MEP	Redução de capital	Amortização Juros capitalizados	Saldo em 31/12/2024
Panati 1 Energias Renováveis S.A	163.742	(5.947)	(83.626)	(83)	74.086
Panati 2 Energias Renováveis S.A	117.813	(4.460)	(42.650)	(59)	70.644
Panati 3 Energias Renováveis S.A	117.009	(4.446)	(42.196)	(59)	70.308
Panati 4 Energias Renováveis S.A	113.415	(4.350)	(38.823)	(57)	70.185
Panati 5 Energias Renováveis S.A	114.330	(4.534)	(39.672)	(58)	70.066
Panati 6 Energias Renováveis S.A	111.332	(4.274)	(36.704)	(56)	70.298
Sitiá 1 Energias Renováveis S.A	93.479	(1.287)	10.231	(47)	102.376
Sitiá 2 Energias Renováveis S.A	92.656	(1.691)	11.585	(47)	102.503
Total	923.776	(30.989)	(261.855)	(466)	630.466

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	MEP	Aumento de capital	Juros capitalizados	Saldo em 31/12/2023
Panati 1 Energia Renováveis S.A	2.965	(36)	158.102	2.711	163.741
Panati 2 Energia Renováveis S.A	4.518	(63)	111.407	1.951	117.813
Panati 3 Energia Renováveis S.A	4.539	(26)	110.559	1.937	117.010
Panati 4 Energia Renováveis S.A	4.526	(30)	107.041	1.878	113.415
Panati 5 Energia Renováveis S.A	4.505	(22)	107.954	1.893	114.330
Panati 6 Energia Renováveis S.A	4.277	(33)	105.245	1.843	111.332
Sitiá 1 Energia Renováveis S.A	2.591	(3)	89.343	1.548	93.479
Sitiá 2 Energia Renováveis S.A	843	38	90.240	1.535	92.656
Total	28.764	(175)	879.891	15.296	923.776

11. Ativo de direito de uso

O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- **Terrenos:** referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque solar da Companhia. Esse contrato é considerado como arrendamento conforme nova metodologia e é apresentado na nota explicativa de Arrendamentos na nota explicativa 16.

a. Composição do ativo de direito de uso

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
		Consolidado					
Ativo de direito de uso							
Geração							
Arrendamento de terras	3,32%	18.409	(569)	17.840	18.219	(547)	17.672
		18.409	(569)	17.840	18.219	(547)	17.672
Total direito de uso		18.409	(569)	17.840	18.219	(547)	17.672

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Correção contratual	Depreciações	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	17.672	719	(551)	17.840
Total Ativos de direito de uso	17.672	719	(551)	17.840

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022 (não auditado)	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Depreciações	
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	-	18.219	(547)	17.672
Total Ativos de direito de uso	-	18.219	(547)	17.672

12. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seus ativos.

a. Composição do Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	Consolidado					
		31/12/2024			31/12/2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Atividades não vinculadas à concessão							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%	85.164	(2.686)	82.478	-	-	
Máquinas e equipamentos	4,66%	938.402	(35.131)	903.271	-	-	
Veículos	18,46%	290	(13)	277	-	-	
Móveis e utensílios	6,77%	712	(56)	656	-	-	
Desmobilização	3,17%	5.075	(52)	5.023	8.365	-	
		<u>1.029.643</u>	<u>(37.938)</u>	<u>991.705</u>	<u>8.365</u>	<u>-</u>	
Total do imobilizado em serviço		1.029.643	(37.938)	991.705	8.365	-	
Imobilizado em curso							
Geração		4.614	-	4.614	947.114	-	
Total do imobilizado em curso		4.614	-	4.614	947.114	-	
Total do Imobilizado		1.034.257	(37.938)	996.319	955.479	-	

JUCESP
11 08 25



Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas e imobilizadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do Imobilizado

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Transferência para Imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	13	85.151	(2.686)	-	82.478
Máquinas e equipamentos	-	614	937.788	(35.131)	-	903.271
Veículos	-	-	290	(13)	-	277
Móveis e utensílios	-	3	709	(56)	-	656
Desmobilização (i)	8.365	-	-	(52)	(3.290)	5.023
Total do imobilizado em serviço	8.365	630	1.023.938	(37.938)	(3.290)	991.706
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	759.283	253.170	(1.008.352)	-	-	4.101
Veículos	-	290	(290)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	172.535	(172.022)	-	-	-	513
Outros	15.296	-	(15.296)	-	-	-
Total do Imobilizado em curso	947.114	81.438	(1.023.938)	-	-	4.614
Total do imobilizado	955.479	82.068	-	(37.938)	(3.290)	996.319

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022 (não auditado)	Ingressos	Reclassificação (ii)	
Imobilizado em serviço				
Desmobilização	-	8.365	-	8.365
Total do imobilizado em serviço	-	8.365	-	8.365
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	-	740.069	19.214	759.283
Adiantamento a fornecedores	8.567	163.968	-	172.535
Outros	-	15.296	-	15.296
Total do Imobilizado em curso	8.567	919.333	19.214	947.114
Total do imobilizado	8.567	927.698	19.214	955.479

(i) As informações sobre a desmobilização estão descritas na nota explicativo 17.2

(ii) O valor de R\$ 19.214 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos parques solares.

13. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento da planta de geração de energia solar registrados ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. A vida útil estimada para os gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia solar é de 20 anos.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Companhia através de teste de *impairment*, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos intangíveis.

a. Composição do Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	Consolidado					
		2024			2023		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Software	20,00%	1.042	(157)	885	-	-	
Serviço	3,13%	477	(7)	470	-	-	
Intangível em curso							
Outros projetos		-	-	-	472	-	
Software		-	-	-	232	-	
Total intangível		1.519	(164)	1.355	704	704	

b. Movimentação do Intangível

	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2024
	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	
Intangível em serviço					
Software	-	584	(150)	451	885
Servidão	-	-	(8)	478	470
Intangível em curso					
Outros projetos	472	6	-	(478)	-
Software	232	219	-	(451)	-
	704	809	(158)	-	1.355

	Consolidado			Valor líquido em 31/12/2023
	Valor líquido em 31/12/2022 (não auditado)	Adições	Reclassificação	
Intangível em curso				
Outros projetos	19.214	472	(19.214)	472
Software	-	232	-	232
Total do intangível em curso	19.214	704	(19.214)	704

14. Fornecedores

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia	-	-	-	-
Materiais e serviços	-	959	5	-
Retenção contratual	-	-	-	-
	-	959	5	-
	-	959	5	-

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia - partes relacionadas	4.021	-	-	-
Materiais e Serviços - partes relacionadas	35	-	-	-
	4.056	-	-	-
Suprimento de energia	1.043	-	-	-
Materiais e serviços	4.534	11.010	23	-
Retenção contratual	-	-	-	11.975
	5.577	11.010	23	11.975
	9.633	11.010	23	11.975

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possui operações de risco sacado.

JUCESP
11 08 25



Notas explicativas às demonstrações contábeis em moeda funcionalizada
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

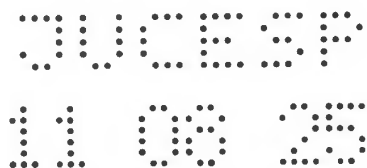
15. Empréstimos, financiamentos e derivativos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos em moeda estrangeira são protegidos por operações de swap e reconhecidos como *hedge* de valor justo, ou seja, as variações para a mensuração do valor justo através de taxas de mercado são registradas diretamente no resultado financeiro.

a. Composição dos empréstimos, financiamentos e derivativos é como segue:

Item	Controladora					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Encargos Circulante	Principal Circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Circulante	Total
Moeda nacional						
1ª Emissão de CCB série 1 - Itaú Unibanco S/A	-	-	-	18.366	300.000	318.366
1ª Emissão de CCB série 2 - Itaú Unibanco S/A	-	-	-	3.801	100.000	103.801
1ª Emissão de CCB série 3 - Itaú Unibanco S/A	-	-	-	736	100.000	100.736
2ª Emissão de CCB - Itaú Unibanco S/A	811	15.000	15.811	-	-	-
Total	811	15.000	15.811	22.903	500.000	522.903
Moeda estrangeira						
Deutsche Bank S.A.	2.701	133.674	136.375	-	-	-
Total	2.701	133.674	136.375	-	-	-
Derivativos						
Deutsche Bank S.A.	3.462	3.810	7.272	-	-	-
Total	3.462	3.810	7.272	-	-	-
Total de dívidas	6.874	152.484	159.458	22.903	500.000	522.903



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Item	Companhia	Consolidado							
		31/12/2024			31/12/2023				
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		
		Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante			
Moeda nacional									
1ª Emissão de CCB série 1 - Itaú Unibanco S/A	i	Panati Holding	-	-	-	-	18.366	300.000	318.366
1ª Emissão de CCB série 2 - Itaú Unibanco S/A	i	Panati Holding	-	-	-	-	3.801	100.000	103.801
1ª Emissão de CCB série 3 - Itaú Unibanco S/A	i	Panati Holding	-	-	-	-	736	100.000	100.736
2ª Emissão de CCB - Itaú Unibanco S/A	i	Panati Holding	811	15.000	-	15.811	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	iii	Panati 1	315	263	56.699	57.277	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	iii	Panati 1	162	476	4.285	4.923	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	ii	Panati 2	315	263	56.714	57.292	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	iii	Panati 2	162	476	4.286	4.924	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	ii	Panati 3	315	262	56.699	57.276	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	iii	Panati 3	162	477	4.285	4.924	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	ii	Panati 4	315	262	56.699	57.276	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	iii	Panati 4	162	477	4.285	4.924	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	ii	Panati 5	315	262	56.694	57.271	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	iii	Panati 5	162	476	4.286	4.924	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	ii	Panati 6	315	262	56.711	57.288	-	-	-
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	iii	Panati 6	162	477	4.286	4.925	-	-	-
Total			3.673	19.433	386.929	389.036	22.903	500.000	522.903
Moeda estrangeira									
Deutsche Bank S.A.	iv	Panati Holding	2.701	133.674	-	136.375	-	-	-
Total			2.701	133.674	-	136.375	-	-	-
Derivativos									
Deutsche Bank S.A.	v	Panati Holding	3.462	3.810	-	7.272	-	-	-
Total			3.462	3.810	-	7.272	-	-	-
Total de dívidas			9.836	156.917	386.929	632.682	22.903	500.000	522.903

JUCESP
11 08 25



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Características dos empréstimos, financiamentos e derivativos:

Item	Financiador	Companhia	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
i	2ª Emissão de CCB - Itaú Unibanco S/A	Panati Holding	05/07/2024	BRL	CDI + 0,90%	Único	12/07/2024	14/07/2025
ii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 01	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
iii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 01	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/01/2034
iv	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 02	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
v	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 02	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/01/2034
vi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 03	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
vii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 03	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/01/2034
viii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 04	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
ix	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 04	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/01/2034
x	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 05	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
xi	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 05	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/01/2034
xii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	Panati 06	28/12/2023	BRL	IPCA + 4,73%	Mensal	12/07/2024	15/01/2048
xiii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	Panati 06	28/12/2023	BRL	IPCA + 11,00%	Mensal	12/07/2024	15/01/2034
xiv	Deutsche Bank S.A.	Panati Holding	10/07/2024	CNH	Pré 3,55%	Único	12/07/2024	07/07/2025

Item	Derivativo	Companhia	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
v	Deutsche	Panati Holding	10/07/2024	CNH	CDI + 0,35%	Único	12/07/2024	07/07/2025

c. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e derivativos é demonstrada abaixo:

		Controladora						
Ativo		Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante	Swap	-	-	-	-	-	17.098	17.098
		-	-	-	-	-	17.098	17.098
Passivo		Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante	Empréstimos e financiamentos							
	Principal	500.000	135.000	(500.000)	-	(3.642)	17.316	148.674
	Juros	22.903	-	(58.006)	38.615	-	-	3.512
	Swap	-	-	-	3.463	3.809	-	7.272
		622.903	135.000	(658.006)	42.078	167	17.316	159.458

JUCESP
11 08 25



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Recebimentos	Juros provisionados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo Circulante									
Swap	-	-	-	-	-	-	17.098	-	17.098
	-	-	-	-	-	-	17.098	-	17.098
Passivo Circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	500.000	140.280	(502.166)	-	2.303	(3.642)	17.316	-	154.091
Juros	22.903	-	(72.718)	56.190	-	-	-	-	6.375
Custo de transação	-	-	-	-	(984)	-	-	-	(984)
Swap	-	-	-	3.462	-	3.809	-	-	7.271
	522.903	140.280	(574.884)	59.652	1.319	187	17.316	-	166.753
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	-	374.718	-	-	(2.303)	-	-	-	372.415
Custo de transação	-	(7.758)	-	-	984	-	-	288	(6.466)
	-	366.960	-	-	(1.319)	-	-	288	365.929
Controladora									
	Valor líquido em 31/12/2022 (não auditado)	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2023					
Circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	-	500.000	-	500.000					
Juros	-	-	22.903	22.903					
	-	500.000	22.903	522.903					
Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2022 (não auditado)	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2023					
Circulante									
Empréstimos e financiamentos									
Principal	-	500.000	-	500.000					
Juros	-	-	22.903	22.903					
	-	500.000	22.903	522.903					

d. Vencimento dos empréstimos, financiamentos e derivativos:

Vencimento	Controladora			
	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Total
Circulante				
2025	15.811	136.375	7.272	159.458
	15.811	136.375	7.272	159.458
Total	15.811	136.375	7.272	159.458
	Consolidado			
	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Total
Circulante				
2025	23.106	136.375	7.272	166.753
	23.106	136.375	7.272	166.753
Não Circulante				
2026	6.029	-	-	6.029
2027	7.069	-	-	7.069
2028	8.129	-	-	8.129
2029	9.054	-	-	9.054
2030 até 2034	57.773	-	-	57.773
2035 até 2039	83.490	-	-	83.490
2040 até 2044	117.227	-	-	117.227
Após 2045	77.158	-	-	77.158
	365.929	-	-	365.929
Total	389.035	136.375	7.272	532.682

15.1. Condições restritivas (Covenants)

As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram: Fiança bancária do Banco Itaú Unibanco S.A. e do Banco do Brasil S.A., 73,68% e 26,32% respectivamente sobre o valor do financiamento, totalizando uma garantia de 100% do financiamento.

Além das fianças apresentadas, a conclusão física e financeira do projeto só irá ocorrer no atingimento, nos últimos 12 (doze) meses consecutivos à medição, de geração de energia acumulada pelo projeto entregue no centro de gravidade equivalente a, no mínimo, o P90 da Certificação Solarimétrica conduzida pela Aeroespacial. A Administração avaliou os contratos junto as áreas financeira, jurídico, regulatório e engenharia e concluiu que está adimplente com todas as cláusulas existentes nos contratos.

16. Arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados.

Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamentos de terrenos onde se localiza seu parque eólico. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia e apresentados nas notas explicativas de Ativo de direto de uso (nota explicativa 11) e Arrendamentos (nota explicativa 16).

A Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos conforme nota explicativa 16 e demonstrado abaixo:

	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	66.412	(7.931)	-	(1.603)	56.878
(-) Ajuste a valor presente	(46.380)	8.650	1.627	-	(36.103)
Total	20.032	719	1.627	(1.603)	20.775
Circulante	87				154
Não circulante	19.945				20.621
Total	20.032				20.775

	Consolidado				31/12/2023 (não auditado)
	31/12/2022 (não auditado)	Adições	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	-	66.473	-	(61)	66.412
(-) Ajuste a valor presente	-	(48.252)	1.872	-	(46.380)
Total	-	18.221	1.872	(61)	20.032
Circulante	-				87
Não Circulante	-				19.945
Total	-				20.032

17. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

17.1. Provisões para demandas judiciais

17.1.1. Risco provável

Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	30	-	2	32
	30	-	2	32

Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	-	30	-	30
	-	30	-	30

Constituição de Servidão – (i) 0200327-48.2023.8.06.0151; (ii) 0200326-63.2023.8.06.0151; (iii) 0200325-78.2023.8.06.0151

Trata-se de ações cíveis de instituição de servidão administrativa para a passagem de linha de transmissão perante a 1ª e 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá/CE, cujo valor conjunto dos processos, atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$32 (R\$30 em 31 de dezembro de 2023, capitalizados como gastos com servidão no intangível).

17.1.2. Risco possível

A Companhia não possui processos com prognóstico de perda possível nos exercícios de 2024 e 2023.

17.2. Provisões para desmobilização

Consolidado					
	31/12/2023	Adição	Reversão	Atualização financeira	31/12/2024
Provisão para desmobilização	8.365	-	(3.289)	138	5.214
	8.365	-	(3.289)	138	5.214

Consolidado					
	31/12/2022 (não auditado)	Adição	Reversão	Atualização financeira	31/12/2023
Provisão para desmobilização	-	8.365	-	-	8.365
	-	8.365	-	-	8.365

A Companhia, com o auxílio de especialistas aprimorou durante o exercício de 2024 suas estimativas para os custos de desmobilização do complexo solar de Panati-Sitiá, as quais entraram em operação durante o exercício de 2024.

Provisões para desmobilização são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica solar para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos.

Essas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia e suas controladas deverão devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

Os valores abaixo refletem o saldo em 31 de dezembro de 2024, referente à provisão para desmobilização do parque solar em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa 12). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque solar (nota explicativa 16).

O cálculo do valor da provisão para desmobilização foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque solar. A provisão é atualizada mensalmente pela inflação futura (remensurada anualmente) e trazida a valor presente pela taxa de 8,35% a.a.

18. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R\$576.983, representados por 57.698.300 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$0,01 (um centavo) cada uma.

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
Capital subscrito	57.698.300	576.983	51.265.000	512.650
	57.698.300	576.983	51.265.000	512.650

A Composição societária é apresentada a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Pacific Hydro Energia do Brasil LTDA	40.388.800	403.888	70,00%	35.885.500	358.855	70,00%
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações - Multiestrategia	17.309.500	173.095	30,00%	15.379.500	153.795	30,00%
	57.698.300	576.983	100,00%	51.265.000	512.650	100,00%

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos.
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2024 e 2023, a Companhia não obteve lucro a distribuir.

19. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas.

	Consolidado	
	2024	2023
Suprimento mercado livre	69.048	-
Energia de curto prazo	2.709	-
Receita operacional bruta	71.757	-
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
PIS/COFINS	(2.629)	-
Total deduções da receita operacional	(2.629)	-
Receita operacional líquida	69.128	-

20. Custos e despesas (por natureza)

	Controladora					
	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Serviços de tercelros	-	(693)	(693)	-	(934)	(934)
Serviços de auditoria	-	(12)	(12)	-	(26)	(26)
Depreciação	-	(466)	(466)	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	(251)	(251)	-	-	-
Outras	-	(2.221)	(2.221)	-	(204)	(204)
Total	-	(3.643)	(3.643)	-	(1.164)	(1.164)

	Consolidado					
	2024			2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(19.681)	-	(19.681)	-	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição	(14.170)	-	(14.170)	-	-	-
Pessoal e administradores (i)	-	(224)	(224)	-	-	-
Material	(787)	-	(787)	-	(41)	(41)
Serviços de terceiros (i)	(5.984)	(860)	(6.844)	-	(1.295)	(1.295)
Serviços de auditoria	(64)	(12)	(76)	-	(234)	(234)
Depreciação	(38.023)	(466)	(38.489)	-	-	-
Amortização	(158)	-	(158)	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	(136)	(251)	(387)	-	-	-
Outras (i)	(957)	(2.284)	(3.241)	-	(276)	(276)
Total	(79.960)	(4.097)	(84.057)	-	(1.846)	(1.846)

(i) Os gastos classificados como despesas referem-se custos compartilhados.

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	2.786	62	3.662	1.164
Outros juros e variações monetárias	1	-	1.040	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(125)	-	(125)	(51)
Receitas financeiras total	2.662	62	4.577	1.113
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	(43.285)	(1.078)	(60.416)	(1.078)
Atualização arrendamento	-	-	(1.627)	-
Atualização para desmobilização	-	-	(138)	-
Atualização de contingências	-	-	(2)	-
Outras despesas financeiras	(299)	(422)	(569)	(954)
Despesas financeiras total	(43.584)	(1.500)	(62.752)	(2.032)
Variação monetária/cambial líquida				
Variação cambial	(424)	-	(430)	-
Total variação monetária/cambial líquida	(424)	-	(430)	-
Total resultado financeiro	(41.346)	(1.438)	(58.605)	(919)

22. Impostos de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na alíquota de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Companhia para fins fiscais e para fins contábeis.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	(2.444)	(12)
IRPJ - Corrente	(1.577)	(8)
CSLL - Corrente	(867)	(4)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PREJUÍZO antes dos tributos sobre o LUCRO	(75.410)	(2.777)	(75.410)	(2.765)
Alíquota	34%	34,00%	34%	34%
IRPJ e CSLL	25.639	944	25.639	940
Equivalência Patrimonial	(10.343)	(59)	(10.343)	(59)
Swap	3.973	-	3.973	-
MtM - Ativo	(57)	-	(57)	-
Variação Cambial Ativa (Realizada e não Realizada)	177	-	177	-
Variação Cambial Passiva (Realizada e não Realizada)	(5.402)	-	(5.402)	-
Juros - empréstimos e financiamentos	(918)	-	(918)	-
Prejuízo fiscal do ano	(13.069)	(885)	(13.069)	(885)
Ajuste por diferença de Base Lucro Real/Presumido	-	-	-	-
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(2.444)	(12)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	3,24%	0,43%

Conforme Legislação Tributária a Controladora tributa a renda pelo Lucro Real, utilizando as alíquotas de 15% Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ, 10% Adicional de IRPJ e 9% Contribuição Social sobre o Lucro sobre o lucro fiscal.

As Controladas adotam o regime de lucro presumido, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada com base em percentuais fixos aplicáveis sobre a receita bruta, conforme a legislação vigente, utilizando as alíquotas de 15% Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ, 10% Adicional de IRPJ e 9% Contribuição Social sobre o Lucro sobre a base tributável.

36

23. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição máxima era de R\$7.506 referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de sua conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seu financiamento.

A Companhia possui financiamento de longo prazo a índice atrelado a FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).

c) Risco operacional

Risco do *curtailment* por período prolongado, podendo acarretar perdas.

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora					31/12/2023
	31/12/2024					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Passivos Financeiros						Total
Fornecedores	5	-	-	-	5	959
Empréstimos e financiamentos	-	152.186	-	-	152.186	522.903
Partes relacionadas	-	-	395	-	395	-
Derivativos	-	7.272	-	-	7.272	-
Total	5	159.458	395	-	159.858	523.862

	Consolidado					31/12/2023
	31/12/2024					
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Passivos Financeiros						Total
Fornecedores	9.638	-	18	-	9.656	22.985
Empréstimos e financiamentos	3.970	155.511	30.281	335.648	525.410	522.903
Partes relacionadas	-	-	395	-	395	-
Arrendamentos e Aluguéis	37	117	757	19.864	20.775	20.032
Derivativos	-	7.272	-	-	7.272	-
Total	13.645	162.900	31.451	355.512	563.508	565.920

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2024		31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	7.170	7.170	105.914	105.914	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos	-	-	1.266	1.266	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	17.098	17.098	-	-	Valor justo por meio de resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	15.811	15.811	522.903	522.903	Custo amortizado
Empréstimos em moeda estrangeira	136.375	136.375	-	-	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	7.272	7.272	-	-	Valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	395	395	-	-	Custo amortizado
Fornecedores	5	5	959	959	Custo amortizado
	Consolidado				
	31/12/2024		31/12/2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	13.586	13.586	105.978	105.978	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos	790	790	4.319	4.319	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	17.098	17.098	-	-	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais e cauções	-	-	30	30	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	389.035	389.035	522.903	522.903	Custo amortizado
Empréstimos em moeda estrangeira	136.375	136.375	-	-	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	7.272	7.272	-	-	Valor justo por meio de resultado
Arrendamentos	20.775	20.775	20.032	20.032	Custo amortizado
Fornecedores	9.656	9.656	22.985	22.985	Custo amortizado

e) Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota explicativa 16 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.

Consolidado									
Empresa	Operação	Principal	Taxa	Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)	
Panati Holding	CCB PANATI	15.000	CDI + 0.90%	0,972	1,464	1,958	2,451	2,945	
Panati Holding	LOAN DEUTSCHE	120.000	3.55% a.a.	3,660	3,960	4,260	4,560	4,860	
Panati 1	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	3,502	4,268	5,040	5,549	6,058	
Panati 1	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,647	0,720	0,794	0,842	0,891	
Panati 2	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058	
Panati 2	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,647	0,720	0,794	0,842	0,891	
Panati 3	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058	
Panati 3	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,708	0,720	0,794	0,842	0,891	
Panati 4	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058	
Panati 4	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,708	0,720	0,794	0,842	0,891	
Panati 5	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058	
Panati 5	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,708	0,720	0,794	0,842	0,891	
Panati 6	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	52.499	IPCA + 4.73%	4,137	4,268	5,040	5,549	6,058	
Panati 6	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	5.000	IPCA + 11.00%	0,708	0,720	0,794	0,842	0,891	
Panati Holding	LOAN DEUTSCHE	550.000	3.55%	16,775	18,150	19,525	20,900	22,275	

f) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa, Caixa de reserva e depósitos judiciais, conforme tabela acima.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propõe a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do setor.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no setor. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

c) Mudanças climáticas

Os parques solares, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia e suas controladas não só fornecem energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribuem para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso solar que impacta na geração de energia.

A Companhia e suas controladas monitoram constantemente e atualizam seus estudos de recurso solar para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

24. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém seguros para Responsabilidade Civil Geral (RCG) no montante de R\$20.000 com período de vigência de 30/11/2024 a 30/11/2025 e Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R\$800.000 com período de vigência de 30/11/2024 a 30/11/2025.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

25. Transações que não afetaram o caixa

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Atividades de Investimento			
Ativo de direito de uso – correção contratual	11	(1.036)	18.218
Imobilizado – Adição (baixa) de desmobilização	12	(3.290)	8.365

Composição da Diretoria

André Pereira
Diretor Geral

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O-9

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Maria Inês Finavaro Aniche, com inscrição ativa no C.A.B./SP sob o nº 86.665, expedida em 14/05/2009, inscrito no CPF nº 994.143178-72, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original:

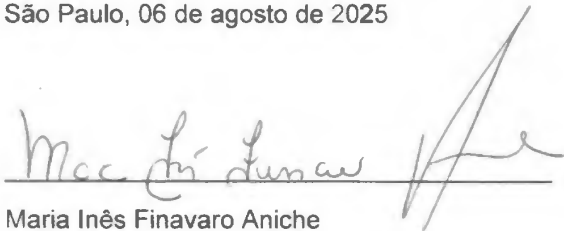
Documentos apresentados

PANATI HOLDING S.A.

**1 VIA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08/07/2025 – 4 PÁGINAS**

**1 VIA DA CAPA DO REQUERIMENTO – CONTROLE DE INTERNET-035052381-9-
1 PÁGINA**

São Paulo, 06 de agosto de 2025



Maria Inês Finavaro Aniche